



Número: **0000260-90.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **09/03/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

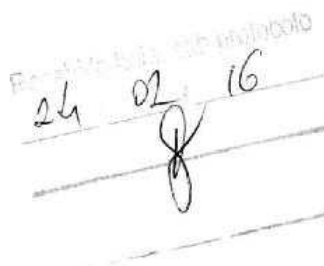
Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERIVALDO DA COSTA SILVA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25452169	20/10/2019 12:56	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
31109137	29/05/2020 12:52	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
31843164	26/06/2020 15:13	<a href="#">Petição</a>	Petição
31843165	26/06/2020 15:13	<a href="#">PETICAO RECOLHIMENTO CUSTAS</a>	Outros Documentos
31843166	26/06/2020 15:13	<a href="#">CARTA SEGURADORA SINISTRO NEGADO</a>	Documento de Comprovação
31843168	26/06/2020 15:13	<a href="#">custas não permite parcelamento e desconto</a>	Documento de Comprovação
31843169	26/06/2020 15:13	<a href="#">guia custas - valor total 1.238,00</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
31843170	26/06/2020 15:13	<a href="#">CUSTAS JUDICIAIS QUITADAS</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
33067720	11/08/2020 09:43	<a href="#">Despacho</a>	Despacho



**TRIGUEIRO & NOBREGA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA**



**ERIVALDO DA COSTA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.252.351-SSDS-PB e do CPF nº. 019.835.174-70, residente e domiciliado no Sítio Lagoa da Caatinga, s/n, zona rural de Picuí-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

### **PRELIMINARMENTE**

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)." Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "direito e garantia fundamental" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.*

### DOS FATOS

Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 24/05/2015, por volta das 18h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, colisão entre um carro e um caminhão, quando guiando o veículo CORSA/WIND e, encontrando-se no bairro JK, próximo ao Banco do Brasil, na cidade de Picuí/PB, veio a colidir com um caminhão. Logo após o acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional de Picuí/PB, pois em virtude de tal sinistro o autor sofreu **politraumatismo, com principal lesão em estrutura torácica (fratura de costelas)**.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 083/2015 expedido pela Delegacia Regional de Polícia Civil de Picuí/PB, o requerente no momento do acidente conduzia o veículo marca CORSA/WIND, placa LNS-0727/RJ, chassi 9BGSC68N02C133152, ANO 2001, MODELO 2002, cor prata.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o Hospital Regional de Picuí, porém devido ao politrauma sofrido em decorrência do acidente, foi transferido para o Hospital de Traumas de Campina Grande-PB, onde permaneceu durante vários dias.

É tanto que o autor em 18/11/2015 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), **sob sinistro nº. 3150974088, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido pelo fato do autor não ter conseguido do proprietário do veículo a assinatura em uma declaração abusiva requerida pela demandada**, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

04  
e

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

#### **DO DIREITO**

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:





**TRIGUEIRO & NOBREGA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

05/12

*"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Civ. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06/e

*atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovidimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

04/E

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

8/2

bilateral Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
<b>Lesões de órgãos e estruturas</b> crânio-faciais, cervicais, <b>torácicos</b> , abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas na estrutura torácica (100% cem por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 100% (cem por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

09/02

presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação**, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des.





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009;  
Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente **em estrutura torácica**, ou seja, cem por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13  
e

g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí – PB, 23 de fevereiro de 2016.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13720







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

*Handwritten signature/initials.*

## **Anexo 01**

### **QUESITOS**

- 1) *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

59

**Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





TRIGUEIRO & NOBREGA  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

16/10

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Enivaldo da Costa Silva,  
brasileiro, solteiro agricultor, portador (a) do RG nº  
4.252.351 expedido por SS09PB e CPF nº 019.835.174-70, residente e  
domiciliado(a) na(o) rua barão da coalha,  
nº 51N, Bairro Zona Rural, Cidade Picuí, UF PB, pelo presente  
instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e  
advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito  
na OAB-PB sob nº. 13.220 e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, **DIJANIELLYESON MONTEIRO**  
**NOBREGA**, inscrito na OAB/PB sob nº. 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço  
profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E",  
Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em  
geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo  
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras  
e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou  
concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal,  
repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem  
como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 23 de Fevereiro de 2015.

Enivaldo da Costa Silva  
Outorgantep

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-096

*Erivaldo da Costa Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.252.351 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/05/2014

NOME ERIVALDO DA COSTA SILVA

FILIAÇÃO VALDEMAR VICENTE DA SILVA  
HERMINIA DA COSTA SILVA

NATURALIDADE PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO 30/08/1974

DOC ORIGEM NASC.N.1493 ELS.31 LIV.A 03  
CARTÓRIO PICUI PB

CPF 019.835.174-70

JOÃO PAVÃO - PB

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83



VALDENAR VICENTE DA SILVA  
SIT LAGOA DA CAATINGA, S/N - AREA RURAL  
PICUI/PB CEP: 58197000 (AG 80)

Class/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 0 - 80 - 548 - 2880  
Nº medidor: 00008525156

Referência: Set / 2015  
Emissão: 17/09/2015

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 290, Km 25 - Caixa Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880  
CNPJ 09.005.185/0001-40 - Ins. Est. 16.015.923-0

Nº Fiscal/Conta de Energia Elétrica: N000.000.000  
Código para Débito Automático: 000153380209

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

2f72 ed3e c1d8 c8ce 93c8 c8bc e66f c090

Conta referente a

CDC (Código do Consumidor): 5/1338020-9

Set / 2015

Canal de contato

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.949/2015, vigente a partir de 01/08/2015

17/09/2015

Data prevista da próxima leitura

19/10/2015

CNPJ/ RANI

22824648472

Cálculo de consumo

Faturas em atraso

24/08/2015 41,07

Anterior		Atual		Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura		
17/08/15	829	17/09/15	879	50	31

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	50	0,40570	20,28
Adic. B Vermelha			2,47

IMPOSTOS E ENCARGOS	0,72
PIS	1,01
CÓFINS	3,45
CONTRIBUIÇÃO ILUM.PUBLICA	0,22
JUROS DE MORA 07/2015	0,45
MULTA 07/2015	
ICMS (ISENTO)	

Histórico de Consumo (kWh)

Ago/15	58
Jul/15	48
Jun/15	48
Mai/15	50
Abr/15	54
Mar/15	58
Fev/15	54
Jan/15	84
Dez/14	49
Nov/14	53
Out/14	0
Set/14	0

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS  
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2015 0,04

Média dos últimos meses  
45 kWh

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

24/09/2015

R\$ 28,14

Indicadores de Qualidade 2015 - Cade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL 11,20	3,58	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 22,32		
DIC ANUAL 44,65	1,00	CONTRATADA LIMITE INFERIOR 201
FIC MENSAL 7,90		LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL 15,64	3,58	
FIC ANUAL 31,28		
DMIC 6,08		
DICRI 16,80		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia PB	8,99	31,92
Compra de Energia	11,00	39,09
Serviço de Transmissão	0,79	2,79
Encargos Setoriais	2,31	8,14
Impostos Diretos e Encargos	5,35	19,01
Outros Serviços	0,04	0,14
Total	28,14	100,00

Valor do reatado: 10,35  
(R\$ 10,35)

ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 02/10/2015. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da devida suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsiderar esta mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15 - Res. ANEEL nº 1.033 - Bateria Tensão 10,51% Média Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/15 - Res. ANEEL nº 1.033 - Alta Tensão 11,47% Média



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 20/10/2019 12:53:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910201256440000000024612548>

Número do documento: 1910201256440000000024612548

Num. 25452169 - Pág. 17



19/10

**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Erivaldo da Costa Silva  
brasileiro(a), Sertão, agricultor, portador do  
RG nº 4.250.353 expedido por SSDS/PB e do CPF nº  
09.835.174-70, residente  
na(o) Sítio Longoa da Coatinga,  
município de Picuí - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 23 de Fevereiro de 2016.

Erivaldo da Costa Silva

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

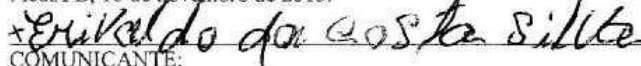
Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



**C E R T I D ã O**Nº.Cont.: **083/2015**

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 001/2015, o Registro n.º 083/2015, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 10 dias do mês de novembro do ano de 2015, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 14h:36min. compareceu: **ERIVALDO DA COSTA SILVA**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Picuí/PB, nascido aos 30/08/1974, filho(a) de Valdemar Vicente da Silva e Herminia da Costa Silva, residente no sítio Lagoa da Caatinga, s/n, zona rural de Picuí/PB, RG nº 4.252.351 -SSDS-PB; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 24 de maio de 2015, por volta das 18 horas, o comunicante conduzia o veículo marca CORSA/ WIND, placa LNS-0727/RJ, chassi 9BGSC68N02C133152, ANO 2001, MODELO 2002, cor prata; Que ao chegar no bairro JK, próximo ao Banco do Brasil na cidade de Picuí/PB, veio a colidir com um caminhão, sendo socorrido pelo SAMU para o Hospital Regional de Picuí/PB e em seguida para o Hospital de Trauma de Campina Grande/PB;; Que em virtude do acidente automobilístico o comunicante sofreu politrauma; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.

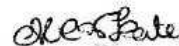
Picuí/PB, 10 de novembro de 2015.

  
COMUNICANTE:  
JOSÉ TARCÍSIO DO NASCIMENTO

TESTEMUNHA 1 RG nº 3256077 SSP/PB, Residente No sítio Mari Preto, Picuí/PB.

  
JOSÉ RONALDO DOS SANTOS NASCIMENTO

TESTEMUNHA 2 RG 3.606.589 SSDS/PB, Residente No sítio Mari Preto, Picuí/PB.



PMPB - CPI

N.º 014

9º BPM / 1ª CIA PM  
**DESTACAMENTO DE PICUI-PB**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR**

Data:	24 / 05 / 2014	Vtr. PM	1523
Comandante:	Sgt. QPC Sodré		
Início:	19:15h	Término:	22:00h
Solicitante:	Ligação anônima no celular da VTR		
Endereço:			
Ocorrência:	Acidente de trânsito (COLISÃO)		
Local:	Av. Semeão Leal, Picui - PB, próximo a loja Polo Motos		

**PESSOAS ENVOLVIDAS**

**ACUSADO**

Nome:	Erivaldo da Costa Silva				
Endereço:	Francisco Gomes de Oliveira, 176, Bairro São José, Picui-PB				
Prof.:	agricultor	Ident. Nº:	4252351 SSP/PB	Idade:	40 anos

**VÍTIMA 1**

Nome:	Jussiere dos Santos Macêdo				
Endereço:	Rua: Olavo Bilac, 28, Nova Palmeira-PB				
Prof.:	motorista	Ident. Nº:		Idade:	

**VÍTIMA 2**

Nome:					
Endereço:					
Prof.:		Ident. Nº:		Idade:	

**TESTEMUNHA 1**

Nome:	Sd Josuel				
Endereço:	Destacamento de Picui - PB, 1ª Cia/9º BPM				
Prof.:	militar	Ident. Nº:		Idade:	

**TESTEMUNHA 2**

Nome:	Sd Beline				
Endereço:	Destacamento de Picui - PB, 1ª Cia/9º BPM				
Prof.:	militar	Ident. Nº:		Idade:	

**OBJETO APREENDIDO:**

01 (um) DUT do Corsa Wind, placa LNS 0727 - RJ, cor prata.

Recebi em 24/05/2015, às 22:00 h, o referido documento.

Recebedor



**RELATO MINUCIOSO (boletim nº 014):**

Informo a Vossa Senhoria, que no dia 24 de maio de 2015, por volta das 19:15 h, esta guarnição, composta por este signatário, juntamente com o Soldado **PM JOSUEL** (motorista) e o Sd **BELINE** (patrulheiro), na **VTR 5850** (páliowekend), recebemos uma ligação anônima no celular da **VTR (99490630)**, informando que havia acontecido um **acidente de trânsito**, na Av. Serneão Leal, nesta cidade, próximo a loja Polo Motos. Que ao chegarmos no local constatamos que os veículos envolvidos foram: **01 (um) AUTOMÓVEL**, modelo corsa Wind, da marca chevrolet, cor prata, ano/modelo 2001/2002, chassi 9BGSC68N02C133152, placa LNS 0727 Rio de janeiro – RJ, que estava **CONDUZIDO**, pelo Sr. **ERIVALDO DA COSTA SILVA** e que sofreu algumas lesões e estava sendo atendido por uma equipe do **SAMU** e foi conduzido até o Hospital Regional desta cidade e que segundo informações de terceiros e do motorista do outro veículo envolvido no acidente, o Sr. **ERIVALDO DA COSTA SILVA** vinha conduzindo o referido veículo na contra-mão e colidiu com a Carrêta Scânia, placa NNZ 0872 Carnaúba dos Dantas – RN, chassi 93ZS2MSH0B8811909, **CONDUZIDA**, pelo Sr. **JUSSIÊRE DOS SANTOS MACÊDO**, porador da **CNH** (04340483468). Categoria AE. Que foi feito o isolamento do local e os referidos veículos foram liberados, por determinação do Delegado Plantonista o Dr. Edson e que foi o orientado, ao proprietário da scânia, para registrar um Boletim de Ocorrência Policial, na 13ª AISP, para os procedimento legais.

  
Carlos José SODRÉ – 3º Sgt QPC  
Cmt da Guarnição de R/P



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

93/10

Eu, Erivaldo da Costa Silva, portador da carteira de identidade nº 4.252.351 e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.835.174-70, residente e domiciliado na Sítio Baía da Contingência, Cidade Picuí, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Erivaldo da Costa Silva

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Picuí-PB, 13 de Novembro de 2015

Local e data





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

DETRAN RJ Nº 5449810594  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
1 772872350 2005

MAURO MARTINS DE CASTRO  
RUA VIROLA  
N.10-CASA 2 CEP 22753044

023.787.287-00 LNS0727

9BGSC68N02C133152

GM/CORSA WIND 2001 2002  
5 PAS/92/1600 PARTIC PRATA

PAGO 149502-2

\*\*\* QUITADO \*\*\*

\*\*\* GASES APTO CONE BIN 985 \*\*\*

CARLOS ERNESTO TOPAL ELV  
RIO DE JANEIRO 082 09082005

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT**

RJ Nº 5449810594 BILHETE DE SEGURO DPVAT

MAURO MARTINS DE CASTRO

RUA VIROLA  
N.10-CASA 2 CEP 22753044

023.787.287-00 LNS0727

BILHETE DE SEGURO DPVAT - VIA CONVÊNIO

RJ Nº 5449810594 EXERCÍCIO 2005 DATA EMISSÃO 09082005

MAURO MARTINS DE CASTRO

RUA VIROLA  
N.10-CASA 2 CEP 22753044

1 023.787.287-00 LNS0727

772872350 GM/CORSA WIND

2001 1 9BGSC68N02C133152

PRÊMIO LÍQUIDO (R\$) IOF (R\$) TOTAL (R\$)

\*\*\* QUITADO \*\*\*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ  
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73  
Home Page: <http://picui.famup.com.br>  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
CNPJ: 08.619.650/0001-21  
**BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192**

25

Picuí/PB, 09 de Novembro de 2015.

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **ERIVALDO DA COSTA SILVA**, 41 anos, portador do RG 4.252.351, vítima de acidente automobilístico (colisão carro com caminhão), ocorrido no dia 24 de Maio de 2015, no bairro JK, próximo ao Banco do Brasil. Paciente encontrava-se alcoolizado, agitado, referindo dor em hemitórax esquerdo. Após avaliação e realização de procedimentos necessários o mesmo foi removido para o Hospital Regional de Picuí/PB e em seguida para o Hospital de Trauma de Campina Grande/PB, conforme regulação.

Gigliana da Silva Dantas

Coordenadora do SAMU

CORIN/PB 246.095

*Gigliana*

**GIGLIANA DA SILVA DANTAS**

Coordenadora SAMU PICUÍ/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB  
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: [pmpicui.sat.splena.@uol.com.br](mailto:pmpicui.sat.splena.@uol.com.br)



GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

**SUS FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO  
Código da Unidade: 0023671 CNPJ: 08.778.268/0001-60  
Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS  
Município: CAMPINA GRANDE Estado: PARAIBA UF: 25

PACIENTE  
Nome: ERIVALDO DA COSTA SILVA Sexo: MASCULINO Idade: 40,8  
Profissão: AGRICULTOR Documento: 11109714798  
Endereço: SÍTIO LAGOA DA CATINGA Bairro: ZONA RURAL  
Município: PICO Estado: CEP:  
Data Atendimento: 22/10/2019 Código do Município: 251140

RAÇA/COR: 1 - BRANCA 2 - PRETA 3 - PARDAL 4 - AMARELA 5 - INDÍGENA 99 - SEM INFORMAÇÃO  
QUEIXAS: ACIDENTE DE CARRO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:  
Acidente de trânsito de colisão com - comentários há os hematomas e ferimentos de perfuração de ferimentos. O uso de cinto com cinto e cintos e pancho apertado. O ferimento em o ombro. O braço perfurado perfurado. O Conhecimento de ferimentos perfurados por uma colisão de carro. O ferimento de TCE, com de ferimento perfurado.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: TIPO  
RA + RT + Radiografia para fratura

RESULTADOS

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS  
1. SRL 1000ml EV 18 p.p.  
2. Rpm 1g + AD EV 04:20  
3.  
4.  
5.

DIAGNÓSTICO / CID: Polotraumismo

NATUREZA DA CONSULTA

Consulta Básica (PAB):  
Consulta Especializada: BMF / Neurocirurgia / Traumatologia

PROCEDIMENTO  
Rx perfuração de fêmur de  
do osso

TIPO DE ATENDIMENTO  
☐ 01 - URGÊNCIA;  
☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU SERVIÇO DA EMPRESA;  
☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO;  
☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO;  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS.

MEDICAÇÃO  
☐ 01 - PRESCRITA  
☐ 02 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO  
☐ OBSERVAÇÃO  
☐ RESIDÊNCIA  
☐ INTERNAÇÃO  
☐ OUTRO HOSPITAL  
☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:  
CÓDIGO / PROCEDIMENTO  
20/10/2019  
20/10/2019

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IAIS) ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S)  
ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL - OU PEGAR DIREITO  
X Maria Sândia Gomes da Silva  
ASS. DO REVISOR TÉCNICO (CARIMBO)

MCO - 014

Em tempo: Relata perda de consciência  
no momento do acidente

25/05/15 # Enxerga geral

00:30

Paciente vítima de colisão carro-carro,  
descolado, apresentando dor torácica.  
Abdomem depressível, flácido, indolor à palpação.

Cd = Pares cingula torácica.

*[Assinatura]*

Flacidez - 25/05/15 - 08:45h

Flacidez após fase de morte

h. 5h30m 15, 17h30m, 5m 15g

H 1ml - 1ml de l.m.

*[Assinatura]*  
DR. PAULO C. RODRIGUES  
CRM: 10.500

25/05/15 # DMF #

Paciente vítima de colisão carro-carro,  
apresentando dor torácica. Ao ser  
transportado foi fraturado o osso zênite (C)  
Ao ser levado não teve alteração de  
sinais vitais. Relato de M. Olenko.  
CD: Enxerga conservada

Altere DMF  
Ao atendimento de emergência torácica

Dr. Paulo C. Rodrigues  
CRM: 10.500  
Otorrinolaringologista  
Médico Especialista

25/05/15





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TI

93/10

### Ficha de Acolhimento

Nome:	Enivaldo de Costa		
End:	Sítio Lagoa de Cedinha		
Data de Nascimento:	30/08/74	Documento de Identificação:	
Queixa:	pe	Data do Atend.:	24/10/15 Hora: 22:50
Acidente de trabalho?	( ) Sim	( ) Não	

cano

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fáceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca	

cinza  
( ) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

### Estratificação

MOD. 110

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional





## Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Colisa Campo - corvete

Paciente	Gravado de Leste Sfe	Alojamento	Sala	Leito	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica		
25/05/16	1) Dito Branda 2) SG 5% 500ml Natl 20 310ml K4 19.1% 5 ml 3) Difeno 20 mg 1x 4/4h 4) Tildip 20 mg 1x 12h 5) Tramal 50 mg 1x 6/6h 800 6 100 ml 6) Nauseux 8 mg 1x 8/8h 7) Quepyn 40 mg 1x 1x/dia 8) Sxmg	1x 1x 1x 1x 1x 1x 1x 1x	1x 1x 1x 1x 1x 1x 1x 1x	Titane contém de Titane Múltiplos fatores de contagem Sem complicações pmo-pneumonia TCE. CID: Intussuscep pmo comp Torção Ressonância	
	Ressonância de neurocirurgia Ressonância		NCR 26/04/16 - Ressonância Paciente em quadro de neurocirurgia glaucoma 15, pressão de 1, feto, na d'p P.O. cirúrgica: no termo neurocirurgia de Cole: Bloco de NCR Ressonância de neurocirurgia		



## Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Edson da Costa Silva - 400.000	02	04	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
26/09/15	01. Dor de costado -		Paciente refere dor de costado
	02. Oxigeno 10mp + 10ml a.d.-IV - 9/4h	24/04	Demarcado, bem tolerado - Curar. Ruidm.
	03. Oxigeno 10mp - IV - 12/12 horas	24/06	com NVO, ↓ batimentos
	04. Oxigeno 10mp + 10ml a.d.-IV - 6/6 horas		
	05. Analgésico paracetamol		uso: paracetamol
	06. Prescrição respiratória		500ml a.d. 10h
	07. Ultrassom - costado		
	08. Sinais vitais -		
	10mp		
	Dra. Dagny M. Frazão Cirurgia Torácica CRM-PR 6105		CRM-PR 6105 Dra. Dagny M. Frazão Cirurgia Torácica CRM-PR 6105

MOD. 01







PREScrição DA ENFERMAGEM	APRAZAMENTO	ASSINATURA
<input type="checkbox"/> AVALIAR NECESSIDADE DE ASPIRAÇÃO RESPIRATÓRIA E REALIZAR O PROCEDIMENTO		
<input checked="" type="checkbox"/> REALIZAR TODOS OS REGISTROS PERTINENTES NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE REACIONADOS AOS DIAG. IDENTIFICADOS, ÀS CONDUTAS TOMADAS PELA EQUIPE E AS RESPOSTAS DO PACIENTE.		
<input type="checkbox"/> MANTER ELEVAR A AS GRADES DE PROTEÇÃO DA CAMA.		
<input type="checkbox"/> MONITORAR NÍVEL DE CONSCIÊNCIA, REFLEXO DE TOSSE, NÁUSEA E CAPACIDADE DE DEGLUTIR.		
<input type="checkbox"/> MANTER A CABEÇA DO PACIENTE LATERALIZADA, QUANDO RECOMENDADO.		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		
<input type="checkbox"/>		

**RESULTADOS ESPERADOS:**

**RESULTADOS ESPERADOS:**

																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					</
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

## REGISTROS

[illegible][illegible]

MOD 12B







SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÁREA AMARELA

BOLETIM DE ENFERMAGEM			
NOME: <u>Unidade da Costa Lima</u>			
IDADE:	SEXO: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	DATA DE NASCIMENTO: <u>30.08.71</u>	às <u>15:20</u> h
SETOR: <u>Unidade da Costa Lima</u>	LEITO: <u>2-4</u>		
DIAGNÓSTICO MÉDICO: <u>Castro's Fracture</u>			
ALERGIAS:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	QUAIS:	
MEDICAÇÃO CONTÍNUA:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	QUAIS:	
DOENÇA CRÔNICA:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	QUAIS:	
PRESENÇA DE ESCARA:	SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	LOCAL:	
PRESSÃO ARTERIAL:	HIPOTENSO <input type="checkbox"/>	NORMOTENSO <input checked="" type="checkbox"/>	HIPERTENSO <input checked="" type="checkbox"/>
SISTEMA NEUROLÓGICO:	CONSCIENTE <input checked="" type="checkbox"/>	INCONSCIENTE <input type="checkbox"/>	ORIENTADO <input checked="" type="checkbox"/>
SISTEMA RESPIRATÓRIO:	DISPÊNICO <input type="checkbox"/>	TAQUIPÊNICO <input type="checkbox"/>	EUPNÉICO <input checked="" type="checkbox"/> BRADIPNÉICO <input type="checkbox"/>
SIST. GENITOURINÁRIO: (DIURESE)	NORMAL <input checked="" type="checkbox"/>	POLÚRIA <input type="checkbox"/>	OLIGÚRIA <input type="checkbox"/> SVD <input type="checkbox"/>
	DUSÚRIA <input type="checkbox"/>	CISTOSTOMIA <input type="checkbox"/>	ANÚRIA <input type="checkbox"/>
MOBILIDADE:	DEÂMBULA <input checked="" type="checkbox"/>	DEÂMBULA C/ APOIO <input type="checkbox"/>	ACAMADO <input type="checkbox"/> S/ DEFICITE MOTOR <input type="checkbox"/>
	TETRAPLEGIA <input type="checkbox"/>	HEMIPLEGIA <input type="checkbox"/>	PARESIA <input type="checkbox"/> RESTRITO NO PEITO <input type="checkbox"/>
SIST. GAS. ROINTEATINAL: (DIETA)	VO <input checked="" type="checkbox"/>	SNG <input type="checkbox"/>	SNE <input type="checkbox"/>
ESTADO NUTRICIONAL:	NUTRIDO <input checked="" type="checkbox"/>	DESNUTRIDO <input type="checkbox"/>	OBESO <input type="checkbox"/> CAQUÉTICO <input type="checkbox"/>
DADOS VITAIS:	PA:	T:	FR:
			FC:
			PESO:
DIAGNÓSTICO DA ENFERMAGEM			
<input type="checkbox"/> RISCO DE QUEDA	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO DE ASPIRAÇÃO	CD/FR:		
<input checked="" type="checkbox"/> RISCO DE INFECÇÃO	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO DE DESEQUILÍBRIO DA TEMPERATURA CORPORAL	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO DE GLICEMIA INSTÁVEL	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO DE RETENÇÃO URINÁRIA	<input type="checkbox"/> RETENÇÃO URINÁRIA	CD/FR:	
<input type="checkbox"/> RISCO DE SANGRAMENTO	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> NÁUSEA	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> DOR AGUDA	<input type="checkbox"/> DOR CRÔNICA	CD/FR:	
<input type="checkbox"/> PADRÃO RESPIRATÓRIO INEFICAZ	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> MOBILIDADE NO LEITO PREJUDICADA	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> DÉFICIT NO AUTO CUIDADO	<input type="checkbox"/> ALIMENTAR-SE	<input type="checkbox"/> PARA BANHO	CD/FR:
<input type="checkbox"/> INTEGRIDADE DA PELE PREJUDICADA	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO PARA INT. PELE PREJUDICADA	CD/FR:		
<input type="checkbox"/> RISCO DE SÍNDROME DO DESUSO	CD/FR:		
<input type="checkbox"/>	CD/FR:		
<input type="checkbox"/>	CD/FR:		
<input type="checkbox"/>	CD/FR:		
CD: CARACTERÍSTICA DEFINIDORA FR: FATOR RELACIONADO			

ASSINATURA DO ENFERMEIRO RESPONSÁVEL

PRESCRIÇÃO DA ENFERMAGEM	APRAZAMENTO	ASSINATURA
<input checked="" type="checkbox"/> MONITORIZAÇÃO DE SINAIS VITAIS.	<u>21</u>	
<input type="checkbox"/> REALIZAR CONTROLE DE GLICEMIA CAPILAR.		
<input type="checkbox"/> ORIENTAR O PACIENTE A REALIZAR RESPIRAÇÃO PROFUNDA.		
<input type="checkbox"/> INSTALAR CATETER DE O2 A 2L/MIN OU CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA		
<input type="checkbox"/> AVALIAR SINAIS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA (RUIDOS, ESTERTORES E BATIMENTOS DA ASA DO NARIZ).		
<input type="checkbox"/> ASPIRAÇÃO DE VIAS AÉREAS.		
<input type="checkbox"/> POSICIONAR O PACIENTE EM DECUBITO DE 45°.		
<input type="checkbox"/> MANTER A CABEÇA DO PACIENTE LATERALIZADA, QUANDO RECOMENDADO.		
<input type="checkbox"/> MONITORAR SINAIS E SINTOMAS DE SINAIS DE INFECÇÃO (EDMA, HIPEREMIA, CALOR, RUBOR HIPEREMIA).		
<input type="checkbox"/> ASSISTÊNCIA NO AUTOCUIDADO.		
<input type="checkbox"/> REALIZAR TODOS OS REGISTROS PERTINENTES NO PRONTUÁRIO DO PACIENTE		
<input type="checkbox"/> RELACIONADOS AOS DIAG. IDENTIFICADOS, ÀS CONDUTAS TOMADAS PELA EQUIPE E AS RESPOSTAS DO PACIENTE.		

MOD 125





Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

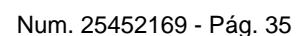
Paciente: *Edson da Silva* Alojamento: *29* Leito: *4* Convênio:

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
<i>22/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>23/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>24/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>25/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>26/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>27/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>28/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>29/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>30/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>31/10</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>01/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>02/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>03/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>04/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>05/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>06/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>07/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>08/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>09/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>10/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>11/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>12/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>13/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>14/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>15/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>16/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>17/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>18/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>19/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>20/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>21/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>22/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>23/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>24/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>25/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>26/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>27/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>28/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>29/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>30/11</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>01/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>02/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>03/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>04/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>05/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>06/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>07/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>08/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>09/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>10/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>11/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>12/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>13/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>14/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>15/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>16/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>17/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>18/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>19/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>20/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>21/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>22/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>23/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>24/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>25/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>26/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>27/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>28/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>29/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>30/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>
<i>31/12</i>	<i>Duodenal 1000</i>		<i>Duodenal 1000</i>

MOD. 03



Data	Hora	T	P	R	PA	Diurese	Observações Enfermagem	Assis
27-05	14h	36,2			150x110		De consciência, orientado e calmo, sem queixa de dor. Segue em cuidados da Enfermagem.	
							Baixa em falta no hospital.	
							Torax e em falta no hospital.	
	18h						PC queixa-se de muita dor no Torax.	
27-05	22h	75	75		116x72			
28-05	24:46	36,3	65		110x70		PC queixa-se de muita dor no Torax e linfa do peito, esquerda.	
	02h				160x90			
	06h		72		140x11	1000ml - diurese		





## EVOLUÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Paciente		Prontuário	Ala	Leito	Enfermaria
Conrado da Costa Silva			Enfermaria	24	
Data	Hora		Data	Hora	
23.05.15	h	<p>Recebeu pós-transfusão de 1/2 unidades de hemácias Refere dores. Exames de laboratório com níveis de S/Tone, NIT e SIRA. S/diprê motor aparente.</p> <p>Ed. Cícero Vasconcelos ERP.</p> <p><i>Ed. Cícero Vasconcelos</i></p> <p><i>Ed. Cícero Vasconcelos</i></p> <p><i>Ed. Cícero Vasconcelos</i></p>	24.05.15	manhã	<p>72 FGA, lucidez, consciente, cor- pores, supressão, VE em a-a AP. MVE e PMA, SIRA CE: ERP, com resposta muscular global. R. spray, uncinato à circulação.</p>
24.05.15	manhã	<p>Re em ERP, cooperação, euphoria, nome- anado, a-a, VE em a-a. AP. MVE com BHT, SIRA CE: Redução da progmatia, ERP, cinetia ativa de MMS e MMT, OR gracia ao paciente e acompanhante ORS: Paciente querendo-se de intern- por dores em região torácica (reg- tura de costelas bilateralmente).</p>			



## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Data	Prescrição Médica	Horário	Leito	Convênio	Evolução Médica
Edap/du	12/10/15	Duza 500g				Duza 500g
		Dobremis 20mg				Dobremis 20mg
		Tramadol 50mg				Tramadol 50mg
		500mg				500mg
		Vitex 50mg				Vitex 50mg
		1200mg				1200mg
		Refone 500g				Refone 500g
		1200mg				1200mg

500 015





## Diagnóstico

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Envolvimento do Coração	Alojamento	2	Leito	4	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica			
21/05/15	<p>1) Dado Lúcido</p> <p>2) Pulso forte e regular</p> <p>3) Pressão arterial 120/80</p> <p>4) 4 AL</p> <p>5) 12 AL</p> <p>6) 12 AL</p> <p>7) 12 AL</p> <p>8) 12 AL</p> <p>9) 12 AL</p> <p>10) 12 AL</p> <p>11) 12 AL</p> <p>12) 12 AL</p> <p>13) 12 AL</p> <p>14) 12 AL</p> <p>15) 12 AL</p> <p>16) 12 AL</p> <p>17) 12 AL</p> <p>18) 12 AL</p> <p>19) 12 AL</p> <p>20) 12 AL</p> <p>21) 12 AL</p> <p>22) 12 AL</p> <p>23) 12 AL</p> <p>24) 12 AL</p> <p>25) 12 AL</p> <p>26) 12 AL</p> <p>27) 12 AL</p> <p>28) 12 AL</p> <p>29) 12 AL</p> <p>30) 12 AL</p> <p>31) 12 AL</p> <p>32) 12 AL</p> <p>33) 12 AL</p> <p>34) 12 AL</p> <p>35) 12 AL</p> <p>36) 12 AL</p> <p>37) 12 AL</p> <p>38) 12 AL</p> <p>39) 12 AL</p> <p>40) 12 AL</p> <p>41) 12 AL</p> <p>42) 12 AL</p> <p>43) 12 AL</p> <p>44) 12 AL</p> <p>45) 12 AL</p> <p>46) 12 AL</p> <p>47) 12 AL</p> <p>48) 12 AL</p> <p>49) 12 AL</p> <p>50) 12 AL</p> <p>51) 12 AL</p> <p>52) 12 AL</p> <p>53) 12 AL</p> <p>54) 12 AL</p> <p>55) 12 AL</p> <p>56) 12 AL</p> <p>57) 12 AL</p> <p>58) 12 AL</p> <p>59) 12 AL</p> <p>60) 12 AL</p> <p>61) 12 AL</p> <p>62) 12 AL</p> <p>63) 12 AL</p> <p>64) 12 AL</p> <p>65) 12 AL</p> <p>66) 12 AL</p> <p>67) 12 AL</p> <p>68) 12 AL</p> <p>69) 12 AL</p> <p>70) 12 AL</p> <p>71) 12 AL</p> <p>72) 12 AL</p> <p>73) 12 AL</p> <p>74) 12 AL</p> <p>75) 12 AL</p> <p>76) 12 AL</p> <p>77) 12 AL</p> <p>78) 12 AL</p> <p>79) 12 AL</p> <p>80) 12 AL</p> <p>81) 12 AL</p> <p>82) 12 AL</p> <p>83) 12 AL</p> <p>84) 12 AL</p> <p>85) 12 AL</p> <p>86) 12 AL</p> <p>87) 12 AL</p> <p>88) 12 AL</p> <p>89) 12 AL</p> <p>90) 12 AL</p> <p>91) 12 AL</p> <p>92) 12 AL</p> <p>93) 12 AL</p> <p>94) 12 AL</p> <p>95) 12 AL</p> <p>96) 12 AL</p> <p>97) 12 AL</p> <p>98) 12 AL</p> <p>99) 12 AL</p> <p>100) 12 AL</p>	<p>08:00</p> <p>09:00</p> <p>10:00</p> <p>11:00</p> <p>12:00</p> <p>13:00</p> <p>14:00</p> <p>15:00</p> <p>16:00</p> <p>17:00</p> <p>18:00</p> <p>19:00</p> <p>20:00</p> <p>21:00</p> <p>22:00</p> <p>23:00</p> <p>24:00</p>	<p>Paciente evoluiu bem</p> <p>sem sinais de infecção</p> <p>sem febre, sem tosse, sem</p> <p>diarreia.</p> <p>em 12 AL, evoluindo</p> <p>para a cura.</p> <p>Dr. Egon Maciel Teixeira</p> <p>Cirurgião Torácico</p> <p>CRM: 55833</p>			

NOC. 019







**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA  
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

~~211~~

Setor: CIÊNCIAS

Leito: 2-4

[illegible]

MOD. 100



## Diagnóstico

**FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO**

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Eunilda da Costa Silva	Lq 2	4	

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
	① Dieta livre ② Glicose rotineiramente ③ Digoxina 1 ampola + AD EV cl. 4/4h ④ B.vetria + NO 5mg + AD EV 12/12h ⑤ SS-VI + CC-8g		Paciente evoluiu bem controle de dados em fôcos ventilatório adequado Rx de fôcos com boa expansão pulmonar max c.O. alta hospitalar
	Dr. Etton Maciel CRM 1183		Dr. Etton Maciel CRM 1183

100



[illegible]



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande Dom Luiz Gonzaga Fernandes

14/10/19

### RÉSUMO DE ALTA

( REFERÊNCIA OU CONTRA REFERÊNCIA )

NOME: *Francisco de Paula Silva*

DN.:

PRONT. Nº:

NATURALIDADE:

PROCEDÊNCIA:

ADMISSÃO: *25/09/19*

ALTA: *30/09/19*

1. Motivo da hospitalização (dados positivos da anamnese / exame físico)

*Abdominal doloroso com febre e vômitos em 09/09/19*

2. Resultado dos principais exames

*Ex. de febre com febrícula de 38,5°C (7)*

3. Evolução e complicações

*Evolveu bem com internação*

4. Terapêutica realizada

*Tratamento conservador*

5. Diagnóstico (hipotético ou definitivo)

*Doença intestinal aguda*

6. Orientações médicas para pacientes / egresso

- Repouso relativo
- Tomar medicação conforme prescrição
- Retornar ao hospital se piora clínica ou apresentar qualquer dúvida

7. Condições de alta

☐ Curado

☐ A pedido

☐ Óbito

☒ Melhorado

☐ Inalterado

☐ Transferido para:

Campina Grande, 30 de maio de 2019

Dr. Eton Maciel de Melo  
Cirurgião Geralista  
CRM 52.534

Responsável pelo resumo

MOB. 034



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 20/10/2019 12:53:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19102012564400000000024612548>

Número do documento: 19102012564400000000024612548

Num. 25452169 - Pág. 43

**ARUANA SEGUROS DPVAT**

**SINISTRO: 3150974088**

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 15/02/2016 SINISTRO: 3150974088 Data de Cadastro no Sistema: 20/11/2015	Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Nº RCO: 273379/2015   Solicitou: RN em 18/11/2015 12:02:46   Atendeu: PB em 18/11/2015 12:27:37	
Origem: 216 00	
Vítima: ERIVALDO DA COSTA SILVA End: SITIO LAGOA DA CAATINGA, S N Bairro: LAGOA NOVA Cidade: PICUI Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 30/08/1974 Data do Acidente: 24/05/2015 Código do Veículo: 1 - Automóvel/Camioneta (Particular)	
CEP: 58187000 UF: PB CPF: 01983517470 Natureza: 2	

#### Históricos relativos ao Sinistro Nº 3150974088

Data	Histórico
22/11/2015 17:20:24	Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT
07/12/2015 13:59:43	[ Informado pela Seguradora Aruana ] - Processo recepcionado na Seguradora Aruana [ Informado pela Seguradora Aruana ] - FALTA PROCURAÇÃO PARTICULAR FALTA DUT NO ANO ACIDENTE.

\* Nenhum lançamento de pagamento encontrado para o Sinistro nº 3150974088.

15/02/2016 17:59



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 09/03/2016 15 horas 59 minutos

Processo: 0000260-90.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : ERIVALDO DA COSTA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANA CRISTINA SOARES PENAZZI CO

remotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

**DATA**

Recebido no data em Cartório.

Picui, 31 03 16

@

Analista Judiciário / Técnico Judiciário

COMPROVADO

Picui, 31 03 16

@

Analista Judiciário / Técnico Judiciário

416  
B







**Poder Judiciário  
Estado da Paraíba  
Vara Única da Comarca de Picuí**

Processo nº 0000260-90.2016.815.0271

**DESPACHO**

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10(dez) dias, trazer aos autos comprovação documental de sua hipossuficiência financeira, Lei 1.050/1960, (carteira de trabalho, contracheque atualizado, declaração de imposto de renda (ou de sua isenção), holerite, etc.), para fins de análise de gratuidade de justiça, sob pena de cancelamento na distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 17 de março de 2016.

**Iêda Maria Dantas**  
Juíza de Direito

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 10 / 08 / 2016

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que nesta data EXPEDI:

( ) Mandados de Citação ( ) Carta Precatória  
( ) Mandados de Intimação ( ) Carta de Citação  
( ) Ofício de \_\_\_\_\_ ( ) Carta de Intimação  
( ) Alvará de soltura  
( ) Alvará de soltura  
( ) Alvará de soltura  
( ) Alvará de soltura

Picuí, 10 / 08 / 16

Analista Judiciário / Técnico Judiciário



Num. 25452169 - Pág. 47



**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA  
Recebido nesta data em Cartório 49  
Recd. 01 / 09 / 2017  
Causa em m.u.  
Assinado / Escrevente

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-  
PARAÍBA**

Processo: 0000260-90.2016.815.0271

**ERIVALDO DA COSTA SILVA**, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, **juntar o competente comprovante de renda, que demonstra que o requerente se encontra DESEMPREGADO** e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual. Por fim, requerer a **JUSTIÇA GRATUITA**.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que a promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que a requerente não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: "*a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4a. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412).*" Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "*direito e garantia fundamental*" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

Porém, junto a esta peça, cópia da **sua CTPS, sem nenhuma anotação de trabalho**, testificando que o mesmo se encontra desempregado.

Desta forma, fica demonstrado que o autor não possui condições de arcar com as custas processuais, ficando claro a situação de pobreza do peticionário.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

50  
e

Diante do exposto, requer o peticionário que lhe seja concedido os beneplácitos da justiça gratuita, bem como a ré seja devidamente citada.

Nesses termos,  
pede deferimento.

Picuí, 31 de agosto de 2017.

  
**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



## TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pela então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)



## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 128.87490.27-5

NÚMERO 0652778

SERIE 0050

UF PB

*Erivaldo da Costa Silva*

ASSINATURA DO TITULAR



VALID

WS

## QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



### ERIVALDO DA COSTA SILVA

FILIAÇÃO: VALDEMAR VICENTE DA SILVA

NASCIMENTO: 30/08/1974

ESTADO CIVIL: SEPARADO JUDICIALMENTE

NATURALIDADE: PÍCUJ - PB

DOCUMENTO: C.N. 1493 LV 3 FL 31 - 28/03/2014 - CARTÓRIO

REGISTRO CIVIL - PÍCUJ - PB

LEI Nº 9.048, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF: 019.835.174-70

TÍT. ELEITOR: 020689971/201

SEÇÃO: 0037

ZONA: 025

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE CAMPINA GRANDE/PB - 22/07/2015

Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba

ASSINATURA DO EMISSOR

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE / / PARA / /  
DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

**LEGENDA**  
A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO  
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03



Assinado eletronicamente por: MARIA JOSE RODRIGUES - 20/10/2019 12:53:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1910201256440000000024612548>

Número do documento: 1910201256440000000024612548

Num. 25452169 - Pág. 50

ERIVALDO DA COSTA SILVA

**CONCLUSÃO**

Conclusão nesta Ação de Execução de Sentença.

Pelo 03 / 09 / 11

Analista Judiciário / Técnico Judiciário







**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ**

Processo nº 260-90.2016.815.0271

**DESPACHO**

Vistos etc.,

Analisando os autos, verifico que o autor alega ser agricultor, todavia limitou-se a juntar carteira de trabalho, que não possui nenhum registro, situação que por si só, não é indicativo da qualidade de agricultor.

Por essa razão, indefiro o pedido de justiça gratuita.

Ademais, o autor não comprova que apresentou prévio requerimento administrativo, razão pela qual faz se necessário essa comprovação.

Sendo assim, determino ainda a intimação da parte autora para em 15 dias emendar a inicial, instruído com a comprovação do prévio requerimento administrativo e recolher as custas, sob pena de indeferimento da inicial ou cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de janeiro de 2018.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI**

---

**VARA ÚNICA DE PICUI**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0000260-90.2016.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ERIVALDO DA COSTA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000260-90.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 29 de maio de 2020.

KELIA XENIA DE MEDEIROS SILVA  
Técnico Judiciário



Segue petição em anexo.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0000260-90.2016.815.0271

**ERIVALDO DA COSTA SILVA**, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, **o autor requer, Prefacialmente, juntar a CARTA DA SEGURADORA QUE NEGOU O SINISTRO Nº. 3150974088, bem como, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC, requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias,** tendo o autor já calculado as custas totais em R\$ 1.238,10 (hum mil, duzentos e trinta e oito reais e dez centavos), porém, após as mudanças impostas pelo TJPB no seu sistema de custas judiciais não é mais possível ser emitida uma guia com o desconto, mas, esse causídico emitiu uma como recolhimento de multa, referente aos 20% (vinte por cento) das custas prévias (desconto de 80%), **razão pela qual, o autor requer a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais com desconto aplicado.**

Por fim, como já recolhera as custas prévias, o autor, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 26 de junho de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



---

Rio de Janeiro, 13 de Março de 2017

Carta nº 10649461

a/c: ERIVALDO DA COSTA SILVA

Sinistro: 3150974088 ASL-0790554/15  
Vitima: ERIVALDO DA COSTA SILVA  
Data Acidente: 24/05/2015  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador: NILO TRIGUEIRO DANTAS

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente.

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01187/01188 - carta\_16

00020594



app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/publico/guiaCustas/custas.jsf?tipoGuia=1

### Etapa 4/5 - Descontos e Parcelamento

Guia de Custas Iniciais (Processo: 0000260-90.2016.8.15.0271)

Os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR.

Este tipo de guia não permite aplicação de desconto

**Descontos**

☒ Não aplicar desconto ☐ Aplicar desconto geral ☐ Aplicar desconto separadamente

Tarifa Bancária: R\$ 1,35 por parcela

<b>Custas Judiciais 1º Grau:</b> R\$ 1.035,60 (20 UFR)	<b>Taxa Judiciária:</b> R\$ 202,50 (3,91078 UFR)
---	---

**Valor Final:**  
R\$ 1.238,10 (23,91078 UFR)

Este tipo de guia não permite parcelamento

[Voltar](#) [Avançar](#)





Custas Judiciais Online

app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/publico/guiaCustas/custas.jsf?tipoGuia=1

CUSTAS INICIAIS  
1º GRAU

CUSTAS OCASIONAIS  
DILIGÊNCIAS / PORTE

CUSTAS DE RECURSOS

CUSTAS DE AÇÃO  
ORIGINÁRIA  
2º GRAU

CUSTAS FINAIS

GUIA  
GUIA EMITIDA

Emitir Guia

Consultar Guia

Consultar Protesto

Etapa 5/5 - Resumo da Guia

Guia de Custas Iniciais (Processo: 0000260-90.2016.8.15.0271)

Os valores apresentados em reais podem sofrer alteração conforme a mudança no valor da UFR

Dados Gerais

Tipo da Guia:

Custas Iniciais

Processo:

0000260-90.2016.8.15.0271

Número de Parcelas:

1x

Valor Total (Sem desconto):

R\$ 1.238,10 (23,91078 UFR)

Desconto:

R\$ 0,00 (0 UFR)

Valor Final (Com desconto):

R\$ 1.238,10 (23,91078 UFR)


Componente	Valor
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 1.035,60 (20 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 202,50 (3,91078 UFR)


Voltar

Emitir Guia

Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 26/06/2020 15:13:57  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062615135757400000030528696>  
 Número do documento: 20062615135757400000030528696

Num. 31843169 - Pág. 1

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.1.20.00203/01 Data de emissão: 26/06/2020
Nº do Processo: 0000260-90.2016.815.0271	Comarca: Picuti	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2020
Número da guia: 027.2020.600203 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Multa Detalhamento: - Taxa Judiciária: R\$ 247,62 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente: ERIVALDO DA COSTA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS,DPVAT S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			UFR vigente: R\$ 51,78 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 248,97 Desconto total: R\$ 0,00
866600000024 489709283183 520200630025 712000203018 			Valor final: R\$ 248,97

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.1.20.00203/01 Data de emissão: 26/06/2020
Nº do Processo: 0000260-90.2016.815.0271	Comarca: Picuti	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/06/2020
Número da guia: 027.2020.600203 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Multa Promovente: ERIVALDO DA COSTA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 Detalhamento: - Taxa Judiciária: R\$ 247,62 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 51,78 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 248,97 Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 248,97

TERM 00002213 AGENTE 701052 AUTE 10275  
 COBAN:00545 LOJA:0001 PDV:002213  
 26/06/2020 BANCO DO BRASIL 14:49:15  
 244154501 CORRESPONDENTE BANCARIO 1139

COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

CONVENIO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB

86660000002 48970928318 52020063002

71200020301

NR. DOCUMENTO 12.213

NR. CONVENIO 761.383-0

DATA DO PAGAMENTO 26/06/2020

VLR DO PAGAMENTO 248,97

NR.AUTENTICACAO 1.A21.21F.B97.08F.E4D



**Nº do Processo: 0000260-90.2016.8.15.0271**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Seguro]

AUTOR: ERIVALDO DA COSTA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

## DESPACHO

**Vistos, etc.**

**1. Defiro o pedido de redução de 80% por cento do valor das custas**, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC

**2. Cite-se** o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

**6.** Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

**7.** Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

**Cumpra-se independentemente de novo despacho.**

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**

